



COMISSÃO DE TRABALHADORES/SPdH

Aeroporto/Lisboa – Edifício 57 – Portaria/Receção 2º - Tel: 21841(3)6551 / Fax: 21841(3)6538

email: ct@groundforce.pt

PELA DEFESA DA EMPRESA E DOS POSTOS DE TRABALHO

Fomos, na passada segunda-feira, surpreendidos com um inesperado convite do Ministério das Infraestruturas e Habitação para uma reunião ao fim da tarde com o Sr. Ministro, onde nos foi comunicado que, por total impossibilidade de entendimento com o acionista maioritário, a TAP tinha acabado de enviar à CMVM um comunicado a anunciar que ia pedir a Insolvência da SPdH.

Depois de ultrapassada a crise que vivemos nos passados meses de fevereiro e março, em que os trabalhadores apesar de privados dos seus salários, demonstraram a todo o país uma maturidade e uma responsabilidade, ao alcance só daqueles que fazem do trabalho honrado o seu quotidiano, não esperávamos ser surpreendidos com as notícias que o Sr. Ministro nos transmitiu nessa reunião. A TAP, na qualidade de credora, iria solicitar ao Tribunal do Comércio a insolvência “controlada” da SPdH/Groundforce.

Foi com enorme estupefação que fomos confrontados com a brutal notícia. E agora? Foi a interrogação que todos fizemos mesmo sem verbalizar tal pergunta. Na tentativa de encontrar respostas, temos antes de mais, que historiar, ainda que de forma breve, aquilo a que assistimos desde a já citada crise de fevereiro/março.

Assistimos à realização de um estranho contrato de *Sale and leaseback* dos equipamentos, assistimos a uma também estranha dança de cadeiras e de presidentes, assistimos a manobras de penhoras e anúncios de venda nunca concretizados, assistimos a “juras” e muitas promessas de estabilidade. Assistimos a tudo isso, mas, na verdade, nunca sentimos aquela verdadeira confiança com o que se estava a passar. Pelo contrário, à medida que se vai aproximando o fim de mês, o sentimento de insegurança vai-se acentuando. No entanto, a este propósito, **recordamos o teor do email de 28 de Abril, enviado pelo Presidente do Conselho de Administração a todos os trabalhadores afirmando que estavam “assegurados os salários de maio” esperando também “nas próximas semanas, ter a segurança necessária para garantir os de junho.”**

Nunca é demais reafirmar o que sempre temos dito para que não restem dúvidas a ninguém, a SPdH/Groundforce é uma empresa saudável, afetada severamente pela crise pandémica sem precedentes, não tendo qualquer desequilíbrio estrutural que a coloque em risco económico. A TAP, o seu principal cliente (com cerca de 70% da sua faturação) necessita do nosso trabalho, e sem ele jamais poderá iniciar a retoma pretendida, e que o país tanto precisa. A SPdH tem um quadro de pessoal especializado, capaz e mobilizado para levar por diante a sua missão de contribuir para a retoma da economia nacional.



COMISSÃO DE TRABALHADORES/SPdH

Aeroporto/Lisboa – Edifício 57 – Portaria/Receção 2º - Tel: 21841(3)6551 / Fax: 21841(3)6538

email: ct@groundforce.pt

Se tudo isto é verdade, e quanto a isso não temos qualquer dúvida, porque motivo então o acionista TAP enveredou por este perigoso caminho? O que é que aconteceu, entretanto, que inviabilizou o diálogo entre acionistas que tornou impossível a sua convivência? Estes são assuntos em relação aos quais os trabalhadores pouco ou nada podem fazer, embora, como é óbvio, exijam conhecê-los.

Já quanto às consequências desse desentendimento, somos os primeiros interessados e as principais vítimas. Começemos então a dar as respostas possíveis à tal pergunta que formulámos no princípio. E agora? O que é que se vai seguir?

Antes de mais, deve dizer-se que este é um processo complexo e com alguma demora (previsivelmente cerca de 4 a 6 semanas). O Tribunal do Comércio vai, de imediato, apreciar o requerimento e chamar a empresa para aferir se esta tem ou não, capacidade de pagar as dívidas reclamadas. De seguida, e no caso de a empresa não ter capacidade de pagar, decreta a insolvência e nomeia um administrador de insolvências. Será este administrador que negociará com os credores e apreciará as propostas que os credores farão (neste caso a TAP) para adquirir a totalidade da empresa, assumindo obviamente, a totalidade do passivo e comprometendo-se a liquidá-lo a todos os credores, incluindo aos trabalhadores.

Esta foi a narrativa que ouvimos do Sr. Ministro, garantindo ainda que era compromisso do Governo preservar a empresa e todos os postos de trabalho. Do mesmo modo, garantiu também o Sr. Ministro, que as licenças se manteriam de modo que a empresa possa continuar a trabalhar, e que a TAP não caminhará para qualquer tipo de *self-handling*, e que manterá a atual posição acionista (49,9%). Estas são afirmações de capital importância para o futuro que responsabilizam inequivocamente quem as pronuncia.

Por fim não podemos deixar de lembrar que, apesar de em nada termos contribuído para a situação que estamos a viver, somos também chamados a participar. A nossa empresa é onde ganhamos o nosso sustento e o das nossas famílias, e é por ela que tudo temos que continuar a fazer. É neste momento de grandes incertezas que temos que voltar a fazer um apelo à nossa responsabilidade e maturidade, garantindo que não será por nós que a empresa não se salvará!



Lisboa, 12 de maio de 2021